

A SOCIEDADE DE CONTROLE E AS ESTRUTURAS DESEJANTES

Carlos Alvarez Maia

alvarez@iis.com.br

Coordenador do

Laboratório de Estudos Históricos da Ciência, LEHC

Departamento de História, UERJ

A compreensão historiográfica

Este trabalho sintetiza a análise do percurso historiográfico que se iniciou com os estudos estruturalistas franceses – desde a presença dos “pais fundadores”: Lévi-Strauss, Barthes e Lacan até sua inflexão, pós-1968 – enquadrados como sintomas histórico-semiológicos do próprio evoluir da sociedade capitalista após a Segunda Guerra Mundial. Esta renovada compreensão do sujeito histórico, que ressurgiu após o decreto da “morte do Homem”, emerge quando as correntes, genérica e imprecisamente, denominadas pós-estruturalistas promoveram um novo corte teórico-metodológico redirecionando a crítica estrutural originária. Fluiu daí uma nova concepção do ser histórico e de seus laços sociais, a qual incorpora as contribuições da psicanálise e da análise semiológica dos discursos sociais. Em oposição aos clássicos modelos coercitivos do homo sociologicus e do homo economicus, pensa-se mais em laços e ações sociais de homens-mulheres desejantes e pulsionais como habitantes da esfera política, naquilo que Foucault-Deleuze denominaram de sociedade disciplinar e sociedade de controle. Trata-se da emergência do homo simbolicus. Desde o estruturalismo lévi-straussiano instaurou-se uma nova ordem preferencial de compreensão do humano: a instância simbólica, a instância da fala, da linguagem como estruturação do pensamento, das ações e dos enlaces sociais.

Nesse quadro, novos conceitos foram construídos como tentativas de substituição do homem cartesiano confinado nas certezas de uma racionalidade do Cogito, com um Eu muito bem definido na autonomia das suas intenções – o que já havia autorizado uma história política focada nos acontecimentos, uma epistemologia a-histórica enaltecendo os atos criadores e os fatos da criação, uma psicologia que ausculta e se concentra no ego, e os mitos da liberdade individual explícitos no liberalismo.

Na instauração da ordem simbólica essas percepções desgastadas pelas suas contradições sofreram forte deslocamento. No homo sociologicus ou no homo economicus a força do enlace social dá-se pela coerção e pela dinâmica das necessidades. Os jogos de poder seguem as regras das necessidades materiais. Já na compreensão do homo simbolicus a força aglutinadora, a coesão societária desloca a necessidade material para o nível do simbólico: para o desejo. Grosso modo, o desejo é a necessidade na esfera simbólica, o desejo abarca a necessidade, a necessidade humana inscreve-se inexoravelmente no simbólico. Se a necessidade age por instrumentos materiais, a fome do desejo dá-se por bens simbólicos. A necessidade do vestuário transforma-se no desejo do vestuário, no vestuário desejante. A necessidade da fome investe-se no desejo da refeição. Somente os des-humanizados conhecem a necessidade “pura” descolada de seu símbolo desejante: os famélicos, os moribundos, que retornam ao seu mais puro de animalidade biológica. Na redução do humano ao organismo biológico, a necessidade ascende. Enquanto humano, pleno de seus direitos e deveres societários, a questão é inescapável e preferencialmente simbólica, desejante.

A mercadoria do desejo circula no mercado simbólico, negocia através de capital simbólico. E a mercadoria é o móvel, o agente derradeiro do enlace social. A questão não é mais centrada no material, em si, descentra-se pela imaterialidade simbólica, desejante, difusa e com um referente indeterminado. A necessidade aplaca-se com a satisfação material, e o desejo transita in-satisfeito. Um agasalho, qualquer agasalho, resolve o desconforto do frio; já a

demanda desejante solicita o novo agasalho, o que está por vir, a nova marca, o novo modelo. Não há o agasalho desejante definitivo, só há bens materiais provisórios na in-satisfação contínua do estatuto desejante.

O laço social não é explicado pela restrita presença das necessidades materiais. é pouco, muito pouco para o homem simbólico societário. O laço social é um laço simbólico. O laço social dá-se por instrumentos desejantes sobrepostos aos enlaces das necessidades. O animal constrói seu coletivo por demandas fisiológicas, necessidades materiais. O humano possui uma fisiologia simbólica, desejante. O ser humano não tem cio incontrolável, um instinto em si. Tem pulsão desejante, sedução, angústia, melancolia, neurose e tesão sublime, sublimatória. Faz-se arte por sublimação desejante, vive-se o prazer da pesquisa na academia por sublimação desejante, faz-se ciência por sublimação desejante. Assim estamos todos nós aqui, neste encontro da ANPUH, sublimando prazeres. E sublimar é um prazer, é viver um prazer, uma satisfação desejante. Sublimar é colocar um algo no lugar de algo, substituir pelo desejo, deslocar. Esta é a essência do simbólico. Deslocar: **algo** no lugar de **algo**. O animal permanece com o seu algo, material, o humano desloca simbolicamente. O animal não sublima, simplesmente, come, bebe, e procria. Na instância simbólica, na sublimação, o derradeiro referente material está deslocado, está valorado, está simbolizado. Repito: o laço social não é material, sua materialidade é simbólica. Faz-se pelo desejo que sublima “necessidades”. Esta questão não é nova, já fora tratada pelo menos em dois momentos anteriores à sua postulação no século XX. Por Hegel, na Fenomenologia do Espírito, e por Marx, no Capital: “*Desejo inclui a necessidade, é o apetite do espírito e tão natural como a fome para o corpo*”.¹

Enquanto na pragmática cotidiana, a sociedade capitalista acirra e leva às últimas conseqüências o modelo de individualidade auto-centrado, as interpretações teóricas buscam explicá-la como estruturas complexas funcionais, descentradas. Aquele “indivíduo” exerce múltiplas funções dentro das práticas discursivas: o Autor é compreendido simultaneamente como um autor-leitor, um produtor-receptor – ou, um reproduzidor das expectativas agenciadoras submetido a uma estética da recepção –, um autor que já no plano da própria subjetividade é bi-partido em sujeito do enunciado e sujeito da enunciação. Isto é, aquele que pretende declarar suas intenções, a sua vontade, porém que igualmente está imerso em enunciações que o transcendem. Ele denota através do enunciado e também expõe a conotação pela enunciação. Ele pensa controlar o seu enunciado mas é invadido pelo “controle” da enunciação que o descontrola. Nas categorias consolidadas na historiografia, diríamos que a enunciação, com suas conotações, expõe a ideologia do sujeito, aquilo que o submete aquilo que o descontrola, o que o controla, que o aliena. A novidade na questão do simbólico, da partição entre sujeito do enunciado e da enunciação, é que não há como eliminar a coerção promovida pela enunciação inconsciente, não há como pensar o sujeito como senhor de seu destino, quebrar a alienação intrínseca do ser. Com isso decretamos – mais uma vez – o desamparo ante as certezas confortáveis do mito althusseriano: a existência de um lugar sólido, um terreno firme, para as ilusões perdidas transitarem: o solo da Ciência, o locus sem ideologia (em nossos termos, sem enunciação, sem controle). A ruptura ciência-ideologia que já mostrava sinais de caducidade entra em coma definitivo. Não há o lugar protegido da invasão ideológica, sem as conotações descontroladoras-controladoras de indivíduos desejantes. Nesse sentido, o desafio compreensivo está na questão de quem é o Eu do desejo que age na sociedade de consumo de massa, que vota, que assiste tv, que faz ciência, que lê essas linhas ou as escreve?

Este é um quadro compreensivo extraído das correntes historiográficas no pós-estruturalismo, pelas ações interpretativas de Lévi-Strauss, de Barthes, de Lacan, de Foucault, de Deleuze de Pêcheux. Mas há outro lado, o que a própria sociedade expõe. que o evoluir societário produz como evidência. Aquela sociedade caracterizada por Deleuze como sociedade de controle.²

A tecnocientificação dos modos de vida

Há um cenário de “esquizofrenia” presente nas sociedades capitalistas ocidentalizadas, moldando a face que exacerba e consolida a sociedade de consumo de massa, a mesma face que captura cientificamente as subjetividades desejanças, que instaura a “sociedade de controle” deleuze-foucaultiana. Essa “era pós-moderna”, de controle, é apreendida de maneira ainda mais crítica e consistente com as ciências sociais se situada em um devir amplo, como a lógica cultural do capitalismo tardio.³ Um devir capturado por Deleuze como uma sucessão de *formatos das práticas de poder*: Soberania, Disciplinar e Controle. Sendo justamente neste último cenário que ocorre a mais alta perfeição-eficiência de dominação; hoje, ainda tateante, porém em vias bem sucedidas de tornar-se hegemônica no mundo de cultura e economia internacionalizadas.

“A cada tipo de sociedade, evidentemente, pode-se fazer corresponder um tipo de máquina: as máquinas simples ou dinâmicas para as sociedades de soberania, as máquinas energéticas para as de disciplina, as cibernéticas e os computadores para as sociedades de controle. Mas as máquinas não explicam nada, é preciso analisar os agenciamentos coletivos dos quais elas são apenas uma parte. Face às formas próximas de controle incessante em meio aberto, é possível que os confinamentos mais duros nos pareçam pertencer a um passado delicioso e benevolente.” (Deleuze, p. 216)

Máquinas associadas a lógica compreensiva da sociedade de controle e não são da mesma ordem das anteriores. Não estão alterando a **forma energética** de ação para o trabalho, nem se constituem como uma inauguração na dominação da “natureza exterior”, mas aplicam-se sobre as anteriores, e – isto é importante – sobre os homens. São meta-máquinas. Elas possuem características de controlarem outras e controlarem os homens. Em geral, são servomecanismos cibernéticos. Espécies de gerentes da produção social. São modos organizacionais controladores. Expandem o conceito de tecnologia da área *hard* para a *soft* autorizando o termo “tecnologias sociais”. Como ícones dessas máquinas tomemos a **televisão**, o **computador** e o epônimo “**ibope**”.

Tudo passa a se dar no mundo simbólico, inclusive a tecnologia e as máquinas. Mas não são as máquinas que explicam a sociedade. A sucessão de tipos de máquinas “*não é uma evolução tecnológica sem ser, mais profundamente, uma mutação do capitalismo*”. A correspondência entre tipos de sociedades e máquinas ocorre “*não porque as máquinas sejam determinantes, mas porque elas exprimem as formas sociais capazes de lhes darem nascimento e utilizá-las*.” (Deleuze, cit. 223) As máquinas energéticas da sociedade disciplinar referem-se preferencialmente ao modelo de capitalismo de produção concentrada, o trem e a fábrica, por um lado, e o automóvel, por outro, são os ícones desse estágio e o capitalista como proprietário dos meios de produção é também o proprietário de espaços e de tempos sociais. É o responsável pelo traçado espaço-temporal, pelo desenho urbano e pela cronometragem de seu uso – público e privado –, pela taxa de ocupação e mobilidade nesses espaços-tempos e por suas diversas lógicas disciplinadoras-confinadoras, inclusive no lazer.

E esta lógica já contém em embrião o novo formato, mais eficaz: o controle; e um controle especialmente afável, sem o desprazer do impedimento disciplinador, do NÃO. É um controle pelo SIM, pela concordância com aquilo que o cidadão-trabalhador-indivíduo-consumidor gostaria de ser-usufruir-viver-ter, o **desejo**. E esta é a **questão crucial do processo de controle**: (re)conhecer o que o indivíduo – o ser social – “gostaria de”; (re)conhecer sua vontade, seus desejos; um **(re)conhecimento** que implica em invasão da intimidade humana, na obtenção de um *feedback* interativo.⁴ É um controle por ofertas comportamentais de permissão ao lazer-prazer, pela inflação de ofertas. Controle dos modos de vida coletivos e pessoais, dos modos de “sonhar”. Sem a dor do “açóite”, das **disciplinas** de autoflagelação religiosa, mas pelo controle – preferencialmente – indolor, agradável e prazeroso. Não bastam máquinas de produção para a efetivação dessa forma de poder, mais complexa, em sociedade. O poder concentrado, explícito, exagerado ou despótico, propicia o aparecimento da rebeldia, da revolta e de teorias da conspiração. A sociedade de controle

ultrapassa tais ações reativas, as submete e domestica **antecipadamente**. Ela convoca outras máquinas e avança para além da produção estrita, agrega valor político de controle à produção de objetos e modos de vida: são máquinas **de controle** da produção e da ação humana. Não são meras máquinas disciplinares/disciplinadoras da ordem e da razão dos cidadãos, são máquinas que atuam sobre o afeto, a emoção e o desejo, de consumidores-cidadãos, atuam fortemente nos seus registros simbólico e imaginário, são máquinas de sublimação e dessublimação. Nesta prática, desloca-se a aplicação do método político: da objetividade disciplinada para a subjetividade controlada. O fetiche incipiente do mercado de consumo do século XIX torna-se meio e fim instrumental por si, elevado a espetáculo. Na sociedade de controle não há mais espaço para “anos rebeldes” a não ser como um glamour diferenciado de alguma *griffe* na passarela da vida de consumo: uma performance pós-moderna.

As máquinas que acompanham a revolução do controle evoluem com a percepção da necessidade e eficiência da função de controle societário; tais máquinas deixam de ser um tropo, elas materializam, reificam a metáfora, são maquinismos controladores efetivos. Tecnicamente constituem-se por instrumentos de intervenção, as novas tecnologias – *hard* e *soft* – que incluem as antigas e inauguram as formas estratégicas dos setores de “inteligência e informação”, tecnologias e engenharias sociais: *operational research*, teoria da decisão, teoria dos jogos, a cibernética e sua teoria “aberta” de sistemas, as técnicas de planejamento societário, as empresas *think tanks*, os agentes *think tankers*, os estudos prospectivos, a pesquisa de opinião pública, a ação do marketing, os objetos desejados e inalcançáveis de consumo inesgotável, a lógica publicitária, etc. Em conjunto, abrem novos horizontes de trabalho e desenham um novo perfil para o trabalhador e para a sociedade. “O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores.”⁵

O (re)conhecimento das demandas desejantes, internas e intrínsecas aos indivíduos, referido como a **questão crucial do processo de controle** – o *feedback* interativo – vai implicar em **conhecer** o mais efetivamente possível, leia-se “cientificamente”, o seu objeto a ser controlado: o ser social. Conhecer o ser humano torna-se um objetivo necessário, é o alvo pragmático da execução eficaz do controle. E aqui entra em cena o protagonista **mediador** do gerenciamento: a ciência. Não mais para normatizar as consciências objetivas no espaço público mas para “regular” a invasão nas/das subjetividades desejantes, migratórias do privado para as vitrines da vida coletiva glamourizada.

A sociedade de controle vai se caracterizar por uma exacerbação direta do uso, do abuso do uso, da ciência como condição essencial da vida comunal. Há uma cientificização radical e geral dos processos societários. Cientificização ampla e em massa, ação estrategicamente planejada de intervenção humana sobre as coisas humanas. Em nossa sociedade não se dá um passo sem o aval e escrutínio d’A Ciência. Constituímos um novo “Estado Absolutista”, no trono imperial: A Ciência. Justamente como consequência dessa radicalidade cientificista, no seu exagero despótico é que se torna possível sua percepção e crítica. A década da reflexividade é um efeito desse transbordamento: da convocação em larga escala da ciência racionalizando os métodos, estratégias e táticas das estruturas de poder político, a tecnocracia, ou melhor, a “tecnocientocracia” militante em empresas e Estados. Evidentemente não estou defendendo a clássica posição de Burnham, *The Managerial Revolution*, 1941, dos primeiros a detectar esse processo de renovação na esfera política, porém, que pretendia uma autonomia dos “gerentes” elevando-os à categoria de novos donos do poder. Não é nada disso, situo os “gerentes de Burnham” no escopo das máquinas controladoras, peças do maquinismo.⁶ Burnham cometeu um equívoco elementar, confundiu agente-meio com agente-fim. O agente-meio, o executor, é sempre notório, visível; o mesmo não pode ser dito sobre o difuso e embaçado agente-fim; este, em geral, uma abstração decorrente de agenciamentos múltiplos, não localizados e enredados.

Dosse mostra um olhar cáustico sobre a atividade acadêmica na França envolvida neste procedimento. Fala de uma “verdadeira ‘política das ciências sociais’, por parte de organismos tão diversos quanto o Estado, as empresas e os sindicatos” na qual o planejamento estatal arrola os profissionais universitários como agentes de intervenção e de

operação. “*Espera-se dele um saber concreto, útil para o chefe da empresa, o administrador ou o planejador.*” (Dosse 107) Esse envolvimento promove uma grande alteração no seio acadêmico. Na Sorbonne ingressam professores das áreas de sociologia, psicologia social e psicologia; em 1958 já se cria o doutorado em sociologia; em dez anos multiplica-se por 15 o número de centros de pesquisas em ciências sociais, totalizando 300 centros em 1965. Já a taxa de crescimento do número de historiadores, medida por Chartier, entre 1963-1967, é reduzido e da mesma ordem da que ocorre em Filosofia e em Línguas Antigas. Porém as taxas de crescimento da Psicologia, da Linguística e da Sociologia, superam largamente a da História em, respectivamente: o dobro (191%), uma vez e meia (147%) e uma vez e dois terços (169%).⁷ Delineia-se assim uma nova hierarquia de poder na academia, a história perde espaço como “ciência maior do social”, como desimportante.

A influência dos EUA na Europa do pós-guerra é flagrante, “*não são somente os dólares do plano Marshall que afluem, mas os métodos e técnicas de investigação das ciências sociais americanas*”. A sociologia empírica é desenvolvida na França por Jean Stoetzel após formar-se no Instituto Gallup criando na França um centro análogo, o IFOP. Ainda segundo Dosse:

“A psicologia e a sociologia são chamadas a se tornar saberes eficazes no próprio seio da empresa, no quadro da religião nova dos anos 50: a modernidade. Elas devem, como a música, adotar os costumes, evitar os conflitos eventuais do mundo do trabalho, desenvolvendo ao máximo as taxas de produtividade. Aparece uma estrutura técnica que tem necessidade de um novo saber, saber esse alimentado pelas ciências sociais difundidas nas escolas especializadas em administração que então se multiplicam. As ciências sociais estão melhor situadas do que a história para responder a essa demanda social, e esta última arrisca-se a ver passar o trem da mudança permanecendo na plataforma.” (Dosse 107, grifos meus)

Daniel Bell, o sociólogo co-autor e principal difusor da “tese do fim das ideologias”, nos anos 50-60, e do conceito de “sociedade pós-industrial”, posteriormente, descreve esse momento como de tentativa das ciências sociais construir modelos para a mente humana e sistemas de controle voltados para o gerenciamento social.⁸ Essa é a era dos tempos de paz na guerra-fria usufruírem das tecnologias, *hard* e *soft*, desenvolvidas durante o esforço de guerra quente. O caso da cibernética é notável e notório como integração da tecnologia *hard* com a *soft* na produção de artefatos para a sociedade de controle, reunindo em um mesmo corpo a psicologia comportamental, formas comunicacionais, estratégias e sistemas gerais de controle, integrados em típicos equipamentos industriais. Seu ícone material dar-se-á nos *CIBernéticos ORGANISMOS*, o ciborg.⁹ A era da sociedade disciplinar começa a ser superada pela matriz de controle das tecnologias sociais. Assim, de forma imperceptível os mecanismos da sociedade de controle foram erigidos. Em princípio por técnicos, como Norbert Wiener, o “pai da cibernética”, um dos muitos cientistas envolvidos no projeto tecnocientífico, militar e político dos EUA durante a guerra. A difusão de sua obra e das novas idéias acerca do futuro tecno-social da sociedade é acelerada, acenando para os novos tempos de controle e de seus “perigos”: “*é mister que conheçamos, como cientistas, qual a natureza do Homem e quais os seus propósitos inerentes, mesmo quando devemos usar tal conhecimento como soldados e estadistas; cumpre-nos, outrossim, saber por que desejamos dominá-lo*”. (Wiener, 180).

NOTAS

¹ Citação de Marx na “clássica” nota 2 do *Capital*, referindo-se ao conteúdo da leitura hegeliana que foi resgatada por Lacan, Deleuze, Foucault e grande parte dos autores franceses da segunda do século XX. Ver: *Karl Marx. O Capital*. São Paulo: Abril, 1983. vol I, p. 45, nota 2.

² Sobre o conceito de “sociedade de controle” deleuze-foucaultiana, ver especialmente Gilles Deleuze. *Conversações, 1972-1990*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1992. p. 215-226.

³ Jameson como difusor da tese de Mandel, expandindo e qualificando a noção mandeliana de capitalismo tardio. **Fredric Jameson. *Postmodernism or, the cultural logic of late capitalism*. London: Verso, 1991.**

⁴ O *feedback* é o mecanismo/procedimento técnico essencial em todo e qualquer tipo de controle, seja ele de natureza mecânica, elétrica, química, eletrônica, econômica, social ou psíquica. Cibernética implica necessariamente em retorno da informação para o “centro” de controle, preferencialmente um retorno automatizado. Por isso tomo os sistemas de aferição da “opinião pública” como um dos ícones privilegiados da sociedade de controle, referido anteriormente pelo epônimo IBOPE.

⁵ “*Mas atualmente o capitalismo não é mais dirigido para a produção, relegada com frequência à periferia do Terceiro Mundo, mesmo sob as formas complexas do têxtil, da metalurgia ou do petróleo. É um capitalismo de sobre-produção. Não compra mais matéria-prima e já não vende produtos acabados, ou monta peças destacadas. O que ele quer vender são serviços, e o que quer comprar são ações. Já não é um capitalismo dirigido para a produção, mas para o produto, isto é, para a venda ou para o mercado. Por isso ele é essencialmente dispersivo e a fábrica cedeu lugar à empresa. (...) empresa que só tem gerentes. (...) O serviço de vendas tornou-se o centro ou a “alma” da empresa. (...) O marketing é agora o instrumento de controle social, e forma a raça impudente de nossos senhores.*” (Deleuze. p. 223-224)

⁶ **James Burnham. *The managerial revolution: what is happening in the world*. New York: The John Day, 1941.** Uma crítica contundente a sua abordagem de autonomia dos gerentes, e que estende a “managerial revolution” do New Deal para a Alemanha nazista e a URSS, foi desenvolvida pelos contemporâneos Hans Gerth e Wright Mills, em janeiro de 1942. **C. Wright Mills e Hans Gerth. “A Marx for the managers” in C. Wright Mills. *Power, politics and people. The collected essays of C. Wright Mills*. New York: Ballantine Books, s.d. [1963] 53-71.**

⁷ Dados construídos a partir da tabela elaborada por Chartier e difundidos por Dosse. François Dosse. *A história em migalhas*. São Paulo: Ensaio, 1994. p. 108.

⁸ **Daniel Bell. *The social sciences since the Second World War*. New Brunswick: Transactions Book, 1985.** (Originally appeared in two parts in the Encyclopedia Britannica’s Great ideas series, 1979) p. 30. “*The second great domain [o primeiro seria a economia] of promise for the social sciences in the post-World War II era came in the expectation that some new master sciences would arise which would allow the social sciences to understand the cognitive process of the mind and create control systems for the modeling and subsequent management of society. These ambitious are associated with a number of intellectual developments, principally cybernetics, information theory, structural linguistics, artificial intelligence and automata theory, and general systems theory.*” p. 30.

Uma aplicação típica desse conjunto disciplinar na sociologia foi bastante difundida, chegando até mesmo entre nós, brasileiros, em uma publicação bem sucedida: Walter Buckley. *A sociologia e a moderna teoria dos sistemas*. São Paulo: Cultrix/EdUSP, 1971. Edição original, Prentice-Hall, 1967.

⁹ “*Desde o fim da Segunda Guerra Mundial, venho trabalhando nas muitas ramificações da teoria das mensagens. Além da teoria da transmissão de mensagens da engenharia elétrica, há um campo mais vasto que inclui não apenas o estudo da linguagem mas também o estudo das mensagens como meios de dirigir a maquinaria e a sociedade, o desenvolvimento de máquinas computadoradas e outros autômatos que tais, certas reflexões acerca da psicologia e do sistema nervoso*”. Norbert Wiener. *Cibernética e sociedade: o uso humano de seres humanos*. São Paulo: Cultrix, 1970. p. 15. Grifos meus.

Veja a própria descrição de Wiener para o termo cibernética. “*Até recentemente, não havia palavra específica para designar esse complexo de idéias, e, para abarcar todo o campo com um único termo, vi-me forçado a criar uma. Daí “Cibernética”, que derivei da palavra grega kubernets, ou ‘piloto’, a mesma palavra grega que eventualmente derivamos nossa palavra ‘governador’. Descobri casualmente, mais tarde, que a palavra já havia sido usada por Ampère com referência à ciência política [início do século XIX].*” p.15.